NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. Contexto operacional

#### (a) A Companhia

Os objetivos sociais da ALL – Malha Norte ("Companhia" ou "Controladora") definidos em seu estatuto são os seguintes:

- Construir e explorar os sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- prestar serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- instalar e explorar terminais intermodais;
- operar em portos;
- construir edifícios e estruturas;
- utilizar a faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- prestar serviços de consultoria técnica;
- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima.

Em 19 de maio de 1989 a Companhia firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato. Trata-se da única ferrovia no País recentemente construída com capital privado.

A Companhia detém o controle compartilhado da controlada Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A. (atualmente denominada ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.) e pela Companhia, sócias que possuem cada uma, 50% de suas quotas. Controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto através de contrato assinado com a CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) por um período de 25 anos, prorrogável de comum acordo entre as partes.

Adicionalmente, a Companhia detém o controle compartilhado do Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX), o qual foi constituído em 03 de janeiro de 2001 e iniciou suas atividades em 01 de julho de 2002. A Companhia detém a participação de 50% de suas ações. Seus objetivos principais são a exploração e operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Terminal XXXIX para movimentação de produtos agrícolas, a granel e de outras mercadorias afins.

Em 30 de dezembro de 2009, os quotistas da controladora Multimodal e acionistas da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("ALL Malha Norte"), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. ("ALL Malha Paulista") e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. ("ALL Malha Oeste"), com base em Laudo de Avaliação Contábil, aprovaram a cisão total da controladora Multimodal Participações Ltda. e incorporação de três parcelas cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, com a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

consequente extinção da Multimodal e a sucessão, por cada uma das incorporadoras, em todos os direitos e obrigações da sociedade cindida.

Com base no Protocolo e Justificação da Cisão Total e no Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, o patrimônio líquido cindido da Multimodal foi de R\$ 547.133. O montante global do acervo líquido da Multimodal cindido e incorporado pela ALL Malha Norte foi de R\$ 395.406, equivalentes à participação detida pela Multimodal na ALL Malha Norte.

Para a parcela do ágio incorporada pela Malha Norte, no valor de R\$ 2.050.356, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no valor total do ágio, conforme Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Em 30 de julho de 2010 a ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista, sócias quotistas, aprovaram o aumento do capital social da sua controlada Portofer em R\$ 98.503 mediante a criação de 98.503.066 novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 50% para cada uma das sócias quotistas, em moeda corrente, mediante a compensação de créditos detidos pelas sócias com a Portofer.

#### (b) Restrição e condições de operação na concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

#### 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de impairment, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2012.

## 2.1.Base de consolidação

## 2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participaç	ão %
	31/12/11	31/12/10
Controladas em conjunto		_
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda (Portofer)	50,00	50,00

Os investimentos da Companhia possuem controle compartilhado com outros acionistas, nesse caso os ativos, passivos e resultados são consolidados de forma proporcional à participação no Capital Social daquela investida, linha por linha, nas demonstrações financeiras consolidadas. Suas demonstrações são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia e ajustes são realizados, se necessário, para alinhar práticas contábeis a Companhia, bem como, para eliminar a participação da Companhia nos saldos e transações intragrupo.

#### 2.1.2. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística Malha Norte S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

#### 2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e das suas controladas em conjunto.

#### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### Prestação de serviços

A receita de venda de serviços é reconhecida quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o tomador e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### 2.4.Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

## Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

• quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contr	ibuição					Alíquota (%)
PIS	_	Programa de Ir	tegração Social			1,65
COFINS	-	Contribuição p	ara o Financiam	ento da		7,60
		Seguridade So	cial			
ICMS	-	Imposto Sob	re Operações	Relativas	à	
		Circulação de l	Mercadorias e S	erviços		De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

#### 2.5. Subvenções e assistências governamentais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

## 2.6. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia não patrocina Plano de Benefícios.

## 2.7. Transações envolvendo pagamentos em ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada database até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

#### 2.8. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### (i) Ativos Financeiros

## Reconhecimento inicial e mensuração

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

## Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

#### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

#### (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Investimentos financeiros disponíveis para venda

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

#### (iii) Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

## Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### (iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## (v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 27.

#### 2.9.Instrumentos financeiros derivativos

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

A Companhia possui instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

## 2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### 2.11.Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Locomotivas
Vagões
Via permanente
Limitado ao prazo da concessão de 68 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 2.12. Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

#### 2.13. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 2.14. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

### 2.15.Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### 2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## 2.17. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "disponíveis para venda". As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota explicativa 4.

#### 2.18. Adiantamentos para futuros aumentos de capital

Os valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital são decorrentes dos montantes recebidos da ALL - América Latina Logística S.A., para pagamento de fornecedores, devolução de adiantamento de clientes, entre outros, e estão apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

#### 2.19. Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.20. Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011. Porém, o Grupo adotou essas emendas a partir de 1º de janeiro de 2011 e modificou sua política contábil, visto que a emenda foi emitida a fim de eliminar consequências indesejadas que podem advir da adoção do IFRS 3.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia reflete as requisições de divulgação revisadas na Nota Explicativa 12 e 27.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia apresenta tal análise na Nota Explicativa 22.

## 2.21. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

• IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras — Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e Mensuração

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Na forma como foi emitido, este reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e referese à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. O Grupo irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

#### • IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

## • IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 4. Disponibilidades e valores equivalentes

Contro	Controladora		Controladora Consolida		dado
31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10		
93	373	223	612		
220.267	329.274	223.314	331.571		
i) -	111.032	=	111.032		
ii) 162.355	69.188	162.355	69.188		
v) <u>404</u>	488	741	740		
383.026	509.982	386.410	512.531		
383.119	510.355	386.633	513.143		
	31/12/11 93 220.267 i) - ii) 162.355 7) 404 383.026	31/12/11 93 31/12/10 93 31/12/10 93 329.274 31/10/21 31/10/21 329.274 31/10/21 329.274 31/10/21 329.274 31/10/21 329.274 31/10/21 329.274 329.274 404 488 383.026 509.982	31/12/11     31/12/10     31/12/11       93     373     223       3)     220.267     329.274     223.314       3)     -     111.032     -       3)     162.355     69.188     162.355       404     488     741       383.026     509.982     386.410		

As aplicações financeiras são representadas por:

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI (taxa média de 100% do CDI);
- (ii) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii)investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic).
- (iv) Investimentos em Fundos compostos principalmente por títulos do governo.

#### 5. Clientes e operações a receber - consolidado

#### Clientes

Circutes		
	31/12/11	31/12/10
Contas a receber de clientes		
ALL Malha Norte	52.844	50.906
Controladas		
Portofer	673	43
Terminal XXXIX	391	373
	53.908	51.322
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidos a		
ALL Malha Norte	(4.600)	(583)
	49.308	50.739

Na Controladora os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

Em 31 de dezembro de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo ainda não vencido e sem perda	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável					
Período	por redução ao valor	< 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	> 181	Total
	re cupe ráve l	dias	dias	dias	dias	dias	
31/12/11	20.958	3.754	3.247	10.261	11.088	-	49.308
31/12/10	33.117	6.476	7.349	719	561	2.517	50.739

## 6. Transações com partes relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Controladora								
ALL Argentina	-	5.994	-	-	-	-	-	-
ALL Armazéns Gerais	-	-	-	-	-	-	5.821	4.633
ALL Intermodal	-	-	1.232	-	-	-	2.493	2.701
ALL Malha Paulista	113.855	97.496	-	-	79.340	90.947	389.816	361.852
ALL Malha Sul	-	-	5.781	25.481	-	-	2.974	10.954
ALL Malha Oeste	-	-	1.553	-	-	-	-	-
ALL Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL S.A.	-	-	11.904	-	-	-	14.829	-
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	2.319	1.818
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	1.783	703	1.135	1.337
Ritmo Logística	-	-	-	-	-	-	83	-
Boswells	-	-	121	161	-	-	-	-
Portofer	11.443	4.300	-	-	-	-	-	-
Santa Fé								
=	125.298	107.790	20.591	25.642	81.123	91.650	419.470	383.295
Consolidado								
ALL Argentina	-	5.994	-	-	-	-	-	-
ALL Armazéns Gerais	-	-	-	-	-	-	5.821	4.633
ALL Intermodal	-	-	1.232	-	-	-	2.493	2.701
ALL Malha Oeste	48	76	1.553	152	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	113.973	97.589	-	-	79.340	90.947	389.816	361.852
ALL Malha Sul	-	-	5.781	25.481	-	-	2.974	10.954
ALL S.A.	-	-	11.904	-	-	-	14.829	-
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	2.319	1.818
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	1.783	703	1.135	1.337
Ritmo Logística	-	-	-	-	-	-	83	-
Boswells	-	-	121	161	-	-	-	-
Portofer	5.721	2.150	-	-	-	-	-	-
Santa Fé	-				-			
_	119.742	105.809	20.591	25.794	81.123	91.650	419.470	383.295
=								

## a) Créditos e débitos com empresas ligadas

As transações entre empresas ligadas são decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, direito de passagem, bem como, recursos financeiros.

## b) Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinandose a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Seguem abaixo a relação dos contratos com partes relacionadas:

Parte relacionada	Relação com o emissor	Data da transação	Objeto Contratado	Montante Envolvido em Reais Mil	Saldo em 31/12/2011	Duração até
América Latina Logística S.A	Controladora	01/10/11	Locação de locomotivas	61.387	58.330	01/10/16
América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Coligada	01/01/09	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária entre as Malhas e Direito de passageme Tráfego mútuo	-	66.815	31/12/28
América Latina Logística Serviços Ltda.	Coligada	16/09/10	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16
Brado Logistica e Participações S.A.	Coligada	20/12/10	Prestação serviço transporte ferroviario e Investimento ferroviar	-	-	31/05/79
Brado Logistica e Participações S.A.	Coligada	20/12/10	Cessão de terminais para prestação de serviço de contêineres	-	-	31/05/79
Ritmo Logística S.A.	Coligada	20/12/10	Cessão de terminais para prestação de serviço de contêineres	-	-	22/12/11
América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Coligada	01/09/11	Locação de 28 locomotivas para tráfego em São Paulo	58.800	47.040	01/09/16

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora, a saber:

Garantidora	31/12/11
ALL S.A.	
Debêntures	175.143
BNDES	502.353
Total	677.496

## c) Transações com outras partes relacionadas

Remuneração dos Administradores: as condições e os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras da sua controladora ALL América Latina Logística S.A.

#### 7. Impostos e contribuições a recuperar

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12	/11	31/1	2/10
_	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controladora				
IRRF	=	5.390	-	5.390
COFINS	23.720	20.351	5.427	17.428
PIS	5.150	4.418	1.175	3.784
ICMS	15.351	36.277	11.868	39.115
IRPJ/CSLL	19.925	-	7.708	-
Outros		218	134_	
	64.146	66.654	26.312	65.717
Controladas				
COFINS	86	-	57	-
PIS	25	-	18	-
IRPJ/CSLL	127_		95	
	238		170	
Consolidado	64.384	66.654	26.482	65.717

## 8. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	31/12/11	31/12/10
Lucro antes dos tributos	372.966	340.340
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa à líquota nominal	(126.808)	(115.716)
Ajustes do imposto por:		
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	669	663
IRPJ e CSL constituído (baixado ou não constituído) no exercício	40.517	62.024
Efeito redução aliquota incentivo SUDAM	55.758	50.984
Stock Options	(1.597)	(1.418)
Multas não-dedutíveis	-	(30)
Provisão para integridade do PL	7.712	5.491
Outras diferenças permanentes	1.171	(1.244)
Receita(despesa) efetiva	(22.578)	754
Provisão para impostos correntes	(27.696)	(31.285)
Impostos diferidos	5.118	32.039

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço, podem ser demonstradas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/11	31/12/10
Prejuízos fiscais	255.708	291.662
Provisão para remuneração variável	284	2.606
Provisão para créditos de impostos	13.763	13.763
Provisão para questões fiscais	18	338
Provisões trabalhistas	585	457
Provisão para questões civeis	490	443
Provisão créditos liquidação duvidosa	1.564	198
Operações de hedge a liquidar	(1.073)	2.488
Provisões	358	1.146
Ajustes RTT	41.434	35.785
Total dos créditos fiscais	313.131	348.886
(-) Créditos não registrados	20.332	61.205
	292.799	287.681
Reconciliação do ativo fiscal diferido		
Saldo de abertura	287.681	255.642
Receita/(despesa) de imposto reconhecida na resultado	5.118	32.039
Saldo	292.799	287.681

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

2012	33.803
2013	39.089
2014	30.991
2015	32.445
2016	33.833
Após 2017	122.638
Total	292.799

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições do CPC 32. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

Durante o exercício de 2011 foram pagos, a título de imposto de renda e contribuição social, a importância de R\$ 29.688 (R\$ 30.814 em 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 9. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para demandas judiciais – consolidado

			Contingências					
	Ativo não circulante			Prová	íveis	Possíveis	e remotas	
	31/12/11	31/12/10	31/12	/11_	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Ações trabalhistas	6.617	1.925	1.3	815	1.446	72.220	58.164	
Ações cíveis e ambientais	-	-	1.4	480	1.338	18.184	2.095	
Ações tributárias			1.3	383	2.162	129.342	86.395	
	6.617	1.925	4.0	678	4.946	219.746	146.654	
Movimentação	31/12	/10 Ad	ições	Paga	amentos	Reversões	31/12/11	
Ações trabalhistas	1	.446	9.601		(8.853)	(379)	1.815	
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	1	.338	142		-	-	1.480	
Ações tributárias	2	.162	942		-	(1.721)	1.383	
Total	4.	946	10.685		(8.853)	(2.100)	4.678	

A Companhia está envolvida em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

#### a) Contingências trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2011 registra uma provisão de R\$ 1.815 (R\$ 1.446 em 31 de dezembro de 2010), para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram o risco de perdas como prováveis.

Dentre os objetos dos pedidos nas ações trabalhistas incluem-se: equiparações salariais, horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, entre outros.

## b) Contingências cíveis e ambientais

A Companhia é parte em diversas ações cíveis tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral tais como: ações possessórias em geral, desapropriações, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, a Companhia mantém registros para as perdas prováveis no montante de R\$ 1.480 (R\$ 1.338 em 31 de dezembro de 2010).

## c) Contingências tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao ICMS Exportação (incidência de ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação), diferencial de alíquota do ICMS sobre transporte interestadual e incidência de ISS nas operações portuárias.

Nas ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas com perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 1.383 (R\$ 2.162 em 31 de dezembro de 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A ALL Malha Norte ajuizou uma Ação Anulatória de débito fiscal, tendo em consideração que a empresa foi autuada por não recolher o ICMS sobre o transporte de mercadorias destinadas ao exterior tendo como valor envolvido o montante de R\$ 14.817. No último trimestre de 2010, o Tribunal do Estado do Mato Grosso confirmou a decisão de primeiro grau que anulou o auto de infração integralmente, sendo que esta decisão transitou em julgado favoravelmente a ALL Malha Norte em dezembro de 2010. Os Desembargadores entenderam que o ICMS não é devido no transporte de mercadorias com destino à exportação mediante entrega nos portos, o que fez reduzir a contingência em R\$ 14.817.

<u>ISS</u> – A Portofer possui três autos de infração, no valor de aproximadamente R\$ 3.043, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

#### 10. Investimentos

## Participações em controladas e coligadas

	Quantidade de ações/q	% Participação					
	ON/Quotas		Tot	Total		Votante	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Portofer	50.251.533	50.251.533	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	
Terminal XXXIX	100.000	100.000	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	
Terminal Marítimo Guarujá - Termag	100.000	100.000	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
Terminal Granéis Guarujá - TGG	7.974.700	7.974.700	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	

	Controladas /	Controladas / coligadas		Controladora				
	Patrimônio	Resultado do	Equivalência	patrimonial	Valor dos investimentos			
	líquido(Passivo a descoberto)	exercício	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10		
Investimentos								
TGG	76.308	11.741	1.174	1.581	7.631	5.489		
Portofer	87.652	-	-	-	43.826	43.826		
Terminal XXXIX	35.282	1.590	795	368	17.641	9.884		
			1.969	1.949	69.098	59.199		
Passivo a descoberto			-		-			
Termag	(22.955)	4.925	-	-				

	Control	adora	Cons oli	idado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Participação em empres as controladas	61.467	53.710	-	-	
Outros investimentos	7.631	5.489	7.631	5.489	
	69.098	59.199	7.631	5.489	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 11. Imobilizado - consolidado

		31/12/11	31/12/10	% Taxas médias	
		Depreciação			anuais de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	de pre ciação
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	68.947	(3.813)	65.134	14.045	4,00%
Vagões	111.367	(20.462)	90.905	59.635	3,33%
Outros	26.996	(4.611)	22.385	13.015	5,34%
	207.310	(28.886)	178.424	86.695	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	355.812	(80.939)	274.873	289.989	4,00%
Vagões	196.538	(55.018)	141.520	145.810	3,33%
Via permanente	1.198.300	(157.154)	1.041.146	978.606	1,25%
Almoxarifado de bens de uso	13.476	-	13.476	62.362	-
Terrenos	14.416	-	14.416	14.401	-
Edificações	48.225	(20.845)	27.380	29.963	5,20%
Móveis e Utensílios	2.205	(1.667)	538	561	10,00%
Veículos rodoviários	905	(880)	25	24	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	6.281	(5.344)	937	1.183	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	13.336	(5.811)	7.525	5.048	9,70%
Equipamentos para manutenção de via					
permanente e transporte ferroviário	2.396	(2.380)	16	294	9,94%
Aeronave	143	(25)	118	132	10,00%
Máquinas e equipamentos	1.170	(241)	929	73	10,00%
Outros	4.349	(2.707)	1.642	1.993	10,00%
	1.857.552	(333.011)	1.524.541	1.530.439	
Arrendamento Mercantil					
Locomotivas	261.516	(70.970)	190.546	203.941	9,80%
Vagões	338.000	(44.350)	293.650	163.075	11,83%
	599.516	(115.320)	484.196	367.016	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	7.659	-	7.659	75.157	
Vagões	10.602	-	10.602	35.073	
Via Permanente	490.154	-	490.154	98.415	
Outros	5.133		5.133	47.599	
	513.548		513.548	256.244	
	3.177.926	(477.217)	2.700.709	2.240.394	

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/10			Movimentação do Período					Saldo em 30/09/11		
Classes do Imobilizado	Custo bruto	Depreciação	Liquido	Aquisições	Movimentações que	Baixas	Transferencias	Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido
		acumulada	1	1,	não afetam o caixa			líquida	líquida acumulado	acumulada	4
Locomotivas	377.370	(73.336)	304.034		17.783		29.606	(11.416)	424.759	(84.752)	340.007
Vagões	274.180	(68.735)	205.445		(3.807)		37.532	(6.745)	307.905	(75.480)	232.425
Via permanente	1.119.212	(140.606)	978.606		26.169		52.919	(16.548)	1.198.300	(157.154)	1.041.146
Arrendamento mercantil	497.775	(130.759)	367.016		101.741			15.439	599.516	(115.320)	484.196
Imobilizações em andamento e ativos em construção	256.244		256.244	375.513	(1.043)		(117.166)		513.548		513.548
Outros	177.726	(48.677)	129.049	15.669	(11.463)	(45.143)	(2.891)	4.166	133.898	(44.511)	89.387
TOTAL	2.702.507	(462.113)	2.240.394	391.182	129.380	(45.143)	-	(15.104)	3.177.926	(477.217)	2.700.709

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento, R\$ 29.236 (R\$ 17.039 em 31 de dezembro de 2010) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. A capitalização dos juros foi calculada com base na taxa média de captação da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 599.516 (em 2010 R\$ 497.775). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 101.741 (em 2010 R\$ 52.636), de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos. Estas adições não afetam o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 16.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

## 12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/11	31/12/10
Controladora					
Em moeda nacional			Trimestrais/mensais		
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,50%	até Setembro de 2016	352.286	460.775
mvestmentos Brobbs					
	TJLP + 3%	9,00%	até Janeiro de 2016 Trimestrais/mensais	128.554	160.037
	TJLP + 2,71%	8,71%	Setembro de 2029	251.541	162.474
	TJLP +1,4%	7,40%	Junho de 2022	81.370	46.672
	CDI + 1,5%	12,30%	Março de 2011	-	2.006
	***************************************				
				813.751	831.964
Em moeda estrangeira (com v Operações de <i>swap</i>	ariação cambial atrela	ada ao US\$, com	S wap para CDI)	(1.844)	7.537
Total controladora				811.907	839.501
Controlada Em moeda nacional Terminal XXXIX					
			Trimestrais/Anuais		
Investimentos - BNDES	TJLP + 6%	12,00%	Até janeiro 2012	7	1.273
Total da controlada				7	1.273
Total consolidado				811.914	840.774
Parcela no circulante				(145.603)	(155.412)
Parcela no não circulante				666.311	685.362

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/11
2012	
2013	154.680
2014	164.466
2015	71.607
2016	39.039
A partir de 2017	236.519
	666.311

#### Abreviaturas:

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Quando a Companhia assume compromissos em moeda estrangeira no Brasil, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar, convertido em uma porcentagem do CDI de acordo com as condições de mercado.

Os empréstimos com o BNDES acima demonstrados, destinados a investimentos, estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros de liquidez relacionados com a dívida líquida e resultados financeiros, os quais são mensurados e avaliados de forma consolidada na ALL – América Latina Logística S.A. A Companhia está adimplente com estes índices em 31 de dezembro de 2011.

As garantias concedidas sobre os empréstimos e financiamentos são:

- (i) Caução da totalidade das ações emitidas da ALL Malha Norte, de propriedade da controladora ALL América Latina Logística S.A.
- (ii) Caução da receita sobre o produto da cobrança da tarifa pela prestação dos serviços de transporte ferroviário, decorrentes do projeto da obra da ALL Malha Norte.
- (iii) Vinculação da receita de contratos de prestação de serviço.
- (iv) Notas promissórias.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a companhia. Estes limites são apurados trimestralmente utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado	3,0	3,0	2,5	2,5	2,5

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A covenant EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta covenant, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da "ALL Argentina". Os valores abaixo são os limites mínimos da covenant para o período:

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015
EBITDA/Resultado financeiro consolidado	2.00	2.00	2.00	2.00	2,00

A Companhia vem cumprindo com os indicadores financeiros. No entanto, caso a Companhia venha descumprir estas claúsulas, o pagamento dos referidos empréstimos será exigido imediatamente.

#### 13. Debêntures

As séries emitidas pela Companhia são:

						31/12/11		31/12/10	
			Vencimento	Remuneração	Taxa	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não
Série	31/12/11	Valor	final	anual	efetiva	circulante	circulante	circulante	circulante
Controladora	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·								
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	7,50%	45.739	186.737	34.221	224.085
2ª emissão	10/04/00	60.000	01/05/15	TJLP + 4%	10,00%	11.900	35.701	10.781	43.121
3ª emissão	14/01/02	40.000	01/05/15	TJLP + 4%	10,00%	7.629	22.887	6.911	27.644
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	12,63%	7.914	163.523	7.192	162.960
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% RL			89.906		80.961
						73.182	498.754	59.105	538.771

#### Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 12 "Empréstimos e financiamentos" e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado.

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observada na nota explicativa 6 "Transações com partes Relacionadas".

#### 14. Arrendamento mercantil - consolidado

#### 14.1 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia tem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Para atender aos novos requerimentos de registro de transações com essas características, a Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis financeiros são:

	31/1	12/11	31/12/10		
	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não	
Bens	circulante	circulante	circulante	circulante	
Materiais rodantes	72.584	511.753	72.584	414.899	

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos.

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Total dos futuros pagamentos			
Bens	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5	
Materiais rodantes	106.866	546.946	239.014	
	Valor pr	esente dos pag	amentos	
Bens	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5	
Materiais rodantes	100.852	375.022	108.798	

#### 14.2 Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos, sistemas aplicativos (*softwares*), vagões e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

A Companhia e suas controladas são contraparte em operação de arrendamento mercantil operacional, com os seguintes montantes de pagamento mínimo:

Total dos	pagamentos	mínimos	futuros
-----------	------------	---------	---------

		pagamentos			
Bens		Até 1	De 1 a 5	Acima de 5	
Veículos	(i)	126	-	-	
Imóveis	(ii)	127			
	_	253			

- (i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2010) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de Abril de 2011.
- (ii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

#### 15. Contrato de concessão

A ALL Malha Norte explora serviços de transporte ferroviário sob o regime de concessão outorgada pelo poder público, sendo do tipo "não-onerosa".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 19 de maio de 1989 a ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). A concessão foi realizada por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar sub-concessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a consequente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; e f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

#### 16. Adiantamentos de clientes - consolidado

Os valores de R\$ 5.232 no passivo circulante (R\$ 7.272 em 31 de dezembro de 2010). Correspondem às antecipações de valores recebidos de clientes e garantidos por contratos de futuros transportes de soja, derivados de petróleo ou minério, além de outras garantias subsidiárias. As taxas de remuneração variam de 100% a 125% do CDI.

#### 17. Parcelamentos fiscais e previdenciários – consolidado

	31/12/11		31/12/10		
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Lei 11.941/09	7.089	10.789	1.692	21.581	
SENAI	-	-	101	-	
ISS	225	140	354	324	
	7.314	10.929	2.147	21.905	

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 18. Antecipação de créditos imobiliários - consolidado

	31/1	31/12/11		2/10
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Antecipações de créditos imobiliários	107.656	266.401	107.655	300.776

Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização – contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia – MT, A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

#### 19. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é constituído por 707.543.040 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 11.597.219 ações preferenciais nominativas "A" e 5.129.741 ações preferenciais nominativas "B".

As ações preferenciais "A" não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- (i) Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- (ii) Prioridade na distribuição de dividendos.
- (iii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

#### b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

#### c) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o beneficio fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 55.785 (R\$ 50.274 em 31 de dezembro de 2010), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

#### d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital são decorrentes dos montantes recebidos da ALL - América Latina Logística S.A., para pagamento de fornecedores, devolução de adiantamento de clientes, entre outros, e estão apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

## 20. Plano de opções

Executivos e pessoas chave da administração da Companhia são beneficiários de plano de remuneração, através do qual recebem opções de ações de emissão da controladora ALL – América Latina Logística S.A. As características do plano, dados quantitativos e qualitativos dos programas outorgados, bem como as premissas utilizadas para estimar o valor justo dos benefícios foram amplamente divulgados nas notas explicativas da ALL – América Latina Logística S.A.

Com o advento da CPC 10, que objetiva registrar o valor justo dos instrumentos concedidos como custo do serviço prestado pelos beneficiários dos programas, o grupo alocou os custos nas Companhias onde os beneficiários prestam seus serviços.

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais foram de R\$ 4.697 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.171 em 31 de dezembro de 2010).

#### 21. Resultado financeiro líquido

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(155.500)	(158.956)	(155.704)	(159.263)
Multas/juros fiscais/fornecedores/vagões	(63.308)	(78.781)	(63.334)	(78.807)
Clientes/AVP/outros	(2.386)	(5.584)	(2.567)	(5.600)
Total da despesa financeira	(221.194)	(243.321)	(221.605)	(243.670)
Receita sobre aplicação financeira	49.978	63.213	50.349	63.512
AVP/outros	16.982	12.668	16.990	12.676
Total da receita financeira	66.960	75.881	67.339	76.188
Resultado financeiro líquido	(154.234)	(167.440)	(154.266)	(167.482)

## 22. Demonstração dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Lucro líquido do exercício	350.388	341.094	350.388	341.094
Marcação a mercado sobre aplicação financeira	316	(408)	316	(408)
Total resultado abrangente	350.704	340.686	350.704	340.686
Atribuível:				
Acionistas da Companhia	350.704	340.686	350.704	340.686

## 23. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	350.388	341.094	350.388	341.094
Por ação ordinária	341.545	332.485	341.545	332.485
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	6.307	6.140	6.307	6.140
Por ação preferencial "B"	2.536	2.469	2.536	2.469
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	11.597	11.597	11.597	11.597
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130	5.130	5.130
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,4944	0,4813	0,4944	0,4813
Por ação preferencial "A"	0,5438	0,5294	0,5438	0,5294
Por ação preferencial "B"	0,4944	0,4813	0,4944	0,4813
Resultado diluído por ação:				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	350.388	341.094	350.388	341.094
Por ação ordinária	341.545	332.485	341.545	332.485
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	6.307	6.140	6.307	6.140
Por ação preferencial "B"	2.536	2.469	2.536	2.469
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	11.597	11.597	11.597	11.597
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	5.130	5.130	5.130	5.130
Resultado diluído:				
Por ação ordinária	0,4944	0,4813	0,4944	0,4813
Por ação preferencial "A"	0,5438	0,5294	0,5438	0,5294
Por ação preferencial "B"	0,4944	0,4813	0,4944	0,4813

## 24. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício de 2011, são consolidadas e estão apresentadas na controladora ALL – América Latina Logística S.A.

## 25. Outras receitas / despesas e ajustes

## 25.1 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Venda de inservíveis	3.213	8.955	3.310	8.986

## 25.2 Outras despesas operacionais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Combustíveis não consumidos na operação	708	509	708	509
Doações dedutíveis	350	917	350	917
Outras	433	539	497	540
Total	1.491	1.965	1.555	1.966

# 25.3 Depreciação, serviços de terceiros, locações e combustíveis incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controla	dora	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Combustível	19.956	32.734	20.926	33.957
Serviços terceiros	17.308	22.190	17.938	22.717
Depreciação	101.096	93.642	104.614	98.491
Locações	20.542	17.283	21.419	18.095

#### 25.4 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita bruta	1.329.689	1.212.054	1.347.133	1.227.216
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(151.268)	(119.346)	(153.405)	(121.203)
Receita líquida	1.178.421	1.092.708	1.193.728	1.106.013

## Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 - ANTT

Em 20 de dezembro de 2006 foi publicada a resolução 1.773 da ANTT, que instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário. As novas regras de contabilização passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2008 e determinaram que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário ("Partilha"), que até então era deduzido da linha de Receita Vendas e/ ou Serviços passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte.

Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos):

	31/12/11	31/12/10
Receita líquida de serviços de transporte	1.178.421	1.092.708
Partilha devida para a ALL Malha Paulista	(382.736)	(328.322)
	795.685	764.386

## 26. Seguros

A Companhia efetua as contratações de seguros de forma centralizada abrangendo todas as empresas do grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo Cobertura por eventos			ortância gurada	Vigência
Riscos operacionais ferroviários Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes		R\$	60.000	01/08/2011 a 01/08/2012
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluíção, empregador, veículos (contingências) e portuárias	culos R\$		30/04/2011 a 30/04/2012
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$	2.200	30/06/2011 a 30/06/2012
Responsabilidade civil-caminhões	Danos a terceiros nos percursos internacionais	R\$	120	31/03/2011 a 31/03/2012
Seguro de carga rodoviária	Responsabilidade civil do transportador rodoviário (RCTR-C) acidentes e (RCF-DC) roubo; transporte rodoviário de viagens internacionais	RCTR-C R\$ 2.200 RCT-VI R\$ 2.200 RCFD-C R\$ 2.200		30/06/2011 a 30/06/2012

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

#### 27. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor	justo
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	49.308	50.739	49.308	50.739
Adiantamentos e outras contas a receber	36.733	64.478	36.733	64.478
Créditos a receber de empresas relacionadas	119.742	-	119.742	-
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6.617	287.707	6.617	287.707
Disponibilidades e valores equivalentes	386.633	513.143	386.633	513.143
Total	599.033	916.067	599.033	916.067
Passivos financeiros				
Debêntures	571.936	597.876	571.936	597.876
Adiantamento de clientes	10.791	10.750	10.791	10.750
Arrendamento mercantil financeiro	584.337	422.171	584.337	422.171
Empréstimos e financiamentos	811.914	840.774	811.914	840.774
Antecipação de crédito imobiliário	374.057	302.304	374.057	302.304
Contas a pagar a fornecedores	187.743	173.986	187.743	173.986
Total	2.540.778	2.347.861	2.540.778	2.347.861

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

#### a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos às instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do patrimônio líquido e da classificação de risco de cada instituição.

#### b) Risco de deterioração de encargos financeiros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos passivos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida (dívida total indexada ao CDI – aplicações financeiras indexadas em CDI). A exposição líquida da empresa à taxa de juros é bastante reduzida, não justificando a contratação de derivativos para mitigá-la. A empresa monitora continuamente esta exposição para avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos derivativos, a fim de mitigar o risco de variação de taxa de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir é apresentada análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2011, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido

Operação	Risco	Cenário Provável	+25%	+50%	
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS					
CAIXA					
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	38.663	48.329	57.995	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					
Financiamentos Indexados à TJLP	TJLP	65.331	77.776	90.221	
Financiamentos Indexados ao CDI	CDI	18.915	23.644	28.373	
Ponta passiva - Swaps USD X %CDI	CDI	(2.422)	24.067	50.556	
Debêntures Indexadas ao CDI	CDI	35.083	42.200	49.318	
Antecipação de créditos imobiliários indexados ao CDI	CDI	60.105	72.048	83.991	
Referências					
CDI Médio (a.a.)		10,00%	12,50%	15,00%	
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%	

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/11 (R\$ mil)	Cenário Provável	+25%	+50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto prazo	CDI	(6.583)	(658)	(823)	(987)
Longo prazo	CDI	(11.295)	(1.129)	(1.412)	(1.694)
Total		(17.878)	(1.787)	(2.235)	(2.681)
Referências					
CDI Médio (a.a.)			10,00%	12,50%	12,50%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

#### c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap "Dólar-Real" no mesmo montante e com mesma data de vencimento

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável, o câmbio projetado para o exercício de 2011, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Nocional (USD mil)	Valor Justo em 31/12/11	Cenário Provável	+25%	+50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito so	bre fornece	dores / import	tações:			
Fornecedores longo prazo	USD	(42.301)	(5.078)	3.174	(31.541)	(66.256)
Swaps ponta ativa por contraparte:						
Contraparte Santander	USD	10.104	1.441	(758)	7.534	15.826
Contraparte HSBC	USD	24.504	2.247	(1.839)	18.271	38.381
Contraparte Bradesco	USD	7.831	1.390	(588)	5.839	12.265
Efeito líquido sobre fornecedores / importações		138	-	(11)	103	216
Referências						
Dólar USD/R\$	·			1,75	2,19	2,63

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

## d) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Valor justo das operações derivativas por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)		
	21/12/11	21/12/12	21/12/11	21/12/10	VALOR A	VALOR A	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10		PAGAR /	
					(RECEBIDO)	(PAGO)	
CONTRATOS DE "SWAPS":							
POSIÇÃO LÍQUIDA							
MOEDA ESTRANGEIRA							
VENCIMENTOS USD x %CDI:	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$	
1T11	-	39.036	-	(6.421)	-	(6.421)	
3T11	-	7.704	-	(1.116)	-	(1.116)	
1T12	41.369	-	1.844	-	1.844	-	
TOTAL			1.844	(7.537)	1.844	(7.537)	

Todas as operações de derivativos são registradas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O efeito contábil e o valor justo dos instrumentos derivativos e dos objetos de proteção, são controlados pelo sistema de controles da tesouraria, considerado eficaz pela Administração da Companhia.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2011 para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

Todos os ganhos e perdas incorridos pela Companhia, apurados pelo valor justo, estão registrados no resultado o montante de (R\$ 799) em 31 de dezembro de 2011 e (R\$ 7.537) em 31 de dezembro de 2010.

\* \* \*